

## MUDAR A FUNÇÃO PÚBLICA

Por ISABEL CORTE-REAL

Secretária de Estado da Modernização Administrativa,  
de 1987 a 1995

in Revista VISÃO

29 de Junho de 2006

PARA COMPREENDER AS TENSÕES DA ADMINISTRAÇÃO Pública (AP) portuguesa é preciso entender as suas causas . Situam-se, no essencial, no crescimento dramático dos efectivos, na utilização alargada da figura de instituto público, onde se praticam vencimentos que o Estado e economia não podem suportar e na valorização salarial de grupos com especial poder reivindicativo ... Mas não falemos do passado . Há hoje um grave problema de despesa pública. O que fazer?

Preconizei sempre uma política de gradualidade. Defendi que a redução de efectivos se deveria fazer realisticamente, com metas anuais comedidas - deixando sair quem podia e queria - e pela não estabilização de contratos precários . A maioria dos países da OCDE fizera-o, em percentagens médias anuais que variaram entre os -0,1% e os -4,4% entre 1990 e 2001 Em Portugal não aconteceu assim. Embora o discurso o desmintam, os efectivos continuaram a crescer e estabilizaram-se consecutivamente situações precárias, por vezes ferindo o princípio da igualdade de oportunidades nas admissões. O que se fez não corresponde à minha visão sobre reforma da AP.

Posto isto, quais as medidas correctivas em curso? O PRACE, que projecta uma reestruturação global da Administração Central e o Projecto de mobilidade dos funcionários, que prevê que estes possam ficar excedentários, em situação de mobilidade especial, com reduções gradativas nos seus vencimentos, ao ritmo da não colocação. De ambas, comentarei apenas aquilo que merece ponderação.

Quanto ao PRACE : A redução global de estruturas é problemática, porque traz enorme perturbação ao funcionamento da AP. Depois de uma morte anunciada os serviços deixam de se preocupar com o serviço público . Os dirigentes pensam nos seus lugares e no seu futuro, e não nas missões confiadas ; os funcionários não vêem objecto para o seu trabalho . Se a morte, para além de anunciada, for lenta, tudo se arrasta . . . No caso português à instabilidade estrutural soma-se a instabilidade dos dirigentes, hoje mais olhados como comissários políticos do que profissionais competentes . Há também com frequência um efeito perverso nas reestruturações. Os diferentes poderes e grupos reorganizam-se, o que leva muitas vezes a somar encargos em vez de os diminuir...

A segunda observação tem a ver com o carácter global e centralizado da reforma. Defendo que se descentralize quanto possível . Não está longe o desastre que foi a decisão política do reforço da centralização do concurso dos professores; As disfunções acima apontadas, com impacto na despesa pública, não resultaram da gestão do sistema, mas de decisões políticas centralizadas, até ao nível do Conselho de Ministros. Interrogo-me: Porquê insistir em mais do mesmo? Não havendo experimentação social nestas áreas é prudente que estas movimentações sejam selectivas e circunstanciadas. A abordagem global é por natureza arriscada. O tempo dirá o que se vai alcançar com as reestruturações anunciadas.

Quanto à mobilidade: A primeira observação respeita ao clima de reforma, muito contra a função pública - olhada como a mãe de todos os males - não a motivando para a melhoria de serviço público, que é todavia necessária... A gestão do processo, centralizada na Entidade gestora da

mobilidade, é a segunda observação . O gigantismo da operação parece-me pouco realista, moroso e temo que de reduzida eficácia; Terceira observação: presumo que se venham a tratar diferentemente corpos especiais e grupos de formação superior. Assim, a haver redução, ela incidirá no essencial nos grupos de salários mais baixos, com muito pouca capacidade para acomodar as reduções que se antecipam. As reduções salariais traduzir-se-ão sempre em grandes sacrifícios a estes níveis, o que não pode deixar de merecer muita atenção política e social; A quarta razão respeita ao fraco crescimento económico e do emprego. A absorção pelo sector privado dos efectivos da função pública parece, para já, não ser realista.

Então que Soluções para o futuro? Não conheço soluções espectaculares . Aliás, desconfio delas . Como País, adiamos no dia-a-dia as decisões difíceis, na esperança de que o futuro traga uma medida milagrosa que tudo resolverá . Porém, há alternativas Outros países as exploraram com sucesso. Embora os sindicatos não tenham até à data dado mostras de um diálogo esclarecedor, diria que uma mudança sustentada aconselharia um pacto de regime entre parceiros sociais.

O caminho a seguir, de uma linear simplicidade, é o de fazer em cada momento o que deve ser feito. Se tivesse sido trilhado, não teríamos chegado à situação actual. Quando releio intervenções que produzi, algumas há quase dez anos, assombro-me com o tempo perdido!... Por isso é urgente que nada se adie. O que se nos avizinha não é fácil. É um trilho estreito onde se tem de caminhar penosamente, com sentido de rigor, de solidariedade e de partilha.